

EDITORIAL

Reafirmando a Agroecologia como Ciência Crítica: reflexões e perspectivas

O editorial de uma publicação científica é, em geral, o meio pelo qual sua equipe editorial se posiciona sobre questões e temas que dizem respeito ao que é publicado pelo periódico, ou apresentam uma determinada edição. Na Revista Brasileira de Agroecologia - RBA, no entanto, é comum convidarmos especialistas para discutir questões atuais ou analisar a institucionalização da Agroecologia, em suas diferentes dimensões, seja no Brasil ou no resto do mundo. São editoriais que, de maneira geral, trazem uma visão crítica e discutem como a ciência acadêmica participa da construção do conhecimento agroecológico. Há momentos, no entanto, em que é preciso olhar para os pontos de inflexão e perguntar: com tanto tempo na estrada, e o muito que já caminhamos, será que, como ciência, estamos chegando a algum lugar? Ou apenas andamos em círculos, não conhecendo que direção seguir?

Há 20 anos, durante o III Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA (17 a 20 de outubro de 2005, Florianópolis/SC), a Assembleia Geral da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia, decidiu criar a RBA. A missão recebida foi divulgar, no meio acadêmico, o conhecimento científico em Agroecologia, e integrá-lo às suas demais dimensões. Contribuiria, dessa forma, com o cumprimento da função primordial da ABA-Agroecologia e de seus Congressos. Assim, após um ano de trabalho de um grupo de associados, a RBA foi lançada em 21 de novembro de 2006, durante o IV CBA, em Belo Horizonte/MG. Em 2026 a RBA fará 20 anos de publicação contínua, o que nos chama a uma reflexão: a RBA está conseguindo cumprir com sua missão?

Quando a RBA foi criada, sabia-se que seu estabelecimento no meio acadêmico não seria tranquilo. É preciso lembrar que os periódicos tradicionais e disciplinares que

dominavam o mercado editorial científico brasileiro, como um tipo de colonialismo científico, tendo muita influência em suas áreas de conhecimento no sistema de pós-graduação, e junto às agências brasileiras financiadoras de ciência e tecnologia (C&T). Muitos desses periódicos defendem modelos de desenvolvimento criticados pela agroecologia, em especial aqueles derivados do capitalismo neoliberal, baseados na busca por alta produtividade e lucro financeiro. Portanto, não abrem espaço para artigos científicos que tenham uma perspectiva agroecológica inerentemente sistêmica e gerem autonomia e soberania local..

Assim, considerando o clamor por mudanças, as propostas para um “Outro Mundo Possível”, contexto em que várias mudanças populares foram articuladas no Brasil, as iniciativas em Agroecologia passaram a se estabelecer no campo acadêmico, de forma que a RBA era necessária. Além da divulgação científica, por seu caráter interdisciplinar, abriria espaço para a produção acadêmica desprezada pelos periódicos disciplinares.

Os “Fóruns Sociais Mundiais” e as conferências sobre desenvolvimento sustentável e ambiente, sempre com a participação de milhares de pessoas, tanto no Brasil como em outros países, indicavam a necessidade de grandes mudanças também na agricultura. Por isso os seminários e congressos sobre Agroecologia foram e continuam sendo importantes, cobrando, também, por mudanças no campo científico. Assim, esperava-se que a RBA tivesse impacto no universo acadêmico, contribuindo com a construção do conhecimento agroecológico e do fortalecimento da dimensão científica da Agroecologia:

[...] uma ciência, um movimento e uma prática social, que adota uma abordagem científica, teórica, prática e metodológica que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, visando o desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (Foco e Escopo da RBA, 2024).

Entretanto, após quase 20 anos, mesmo com a crescente cobrança social por mudanças nos modelos de desenvolvimento, e a esperança que isso tenha impacto nas políticas

públicas, nacionais e internacionais, o regime sociotécnico responsável pela mais séria crise planetária que a nossa civilização já enfrentou ainda persiste. Enfrentamos uma crise que é, ao mesmo tempo, social, ambiental, cultural, econômica e política. E essa crise sistêmica, já percebida em todo o planeta, ameaça a nossa existência. Seus sintomas são inúmeros: desigualdade social; fome; pandemias; problemas ambientais; erosão cultural, genética; extinções; violência crescente; concentração de riquezas; e políticas populistas de curtíssimo prazo. É uma lista interminável de problemas correlacionados que, por negacionismo ou egoísmo, persistem, resistindo às mudanças que se fazem necessárias. Estamos, ainda, longe das grandes transformações que os sistemas agroalimentares demandam. Grande parte da alimentação dos brasileiros ainda é composta por alimentos ultraprocessados e carregados de resíduos de agrotóxicos.

Nas diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Agroecologia, os avanços no combate a essa crise ainda são insuficientes. Há conquistas nos espaços acadêmicos e um crescente reconhecimento social, mas pouco se avançou no estabelecimento de modos de vida mais sustentáveis. Enquanto isso, a realidade recalcitrante, que nos conduz à insustentabilidade, agrava a crise mais rapidamente do que conseguimos estudá-la, bem como de desenvolver medidas de controle ou mitigação. E por isso precisamos, urgentemente, fugir da resignação e da acomodação acadêmica, procurando entender as circunstâncias que nos impedem de avançar de forma mais significativa na transformação do campo à mesa do povo brasileiro.

O Brasil, um país de proporções continentais e rico em diversidades, biológicas e culturais, onde acompanhamos mais de perto essa crise, nos serve de modelo do que ocorre no resto do mundo. Após 1992, quando foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, o Brasil parecia estar sensibilizado, e ratificou rapidamente as duas importantes convenções internacionais então em discussão: a da Diversidade Biológica (CDB) e a das Mudanças do Clima. Entretanto, após dezenas de “Conferências das Partes” (COP) dessas convenções, e tendo assumido compromisso com novos Tratados e Agendas Internacionais, projetos dominantes no Brasil seguem queimando florestas, desmatando, assoreando rios, e provocando, de forma continuada, crimes ambientais e a

perda de biodiversidade em todos os seus biomas. E, no momento em que está prestes a ocorrer a COP 30 da Convenção sobre Mudanças do Clima em Belém, no Pará, o Congresso Nacional aprovou a Lei 15.190/2025, flexibilizando (ainda mais) o licenciamento ambiental, desconsiderando todos os argumentos contrários defendidos por ambientalistas e cientistas.

Assistimos diariamente a desastres ambientais e eventos climáticos extremos (anunciados por evidências científicas), com uma imensa perda de vidas (humanas e não-humanas) e com custos incalculáveis, mas, ainda assim, o modelo de uso irracional dos nossos ecossistemas e agroecossistemas segue sendo fortalecido. E isso é feito, sem nenhum pudor, por quem deveria, cumprindo a Constituição Federal, cuidar do meio ambiente para que as atuais e as futuras gerações tenham direito à vida. As “boiadas” seguem passando, pois governos populistas, conservadores ou progressistas, no Brasil e em todo o mundo, priorizam o crescimento econômico, um modelo de desenvolvimento insustentável e principal causa da crise planetária.

Nosso planeta é um sistema fechado, com limites que precisam ser respeitados. Mas os espaços de poder se recusam a assumir uma perspectiva sistêmica sem a qual não é possível que uma transição dos regimes sociotécnicos para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis seja feita. Isso nos faz refletir: será que a nossa atuação acadêmica é suficiente para mudar a visão dos diferentes níveis desses espaços de poder? Ou estamos nos acomodando, atuando em nichos alternativos, com limitada capacidade de mudar os regimes, resignados a operar à margem dos sistemas, satisfeitos com o título de uma ciência engajada, contextualizada e crítica? Na verdade, institucionalizar a Agroecologia como ciência é também assumir responsabilidades, acadêmicas e políticas, e buscar soluções para pequenas e grandes questões, nas diferentes escalas dos agroecossistemas, com qualidade e competência. Porém, isso não está acontecendo de forma que as grandes transformações necessárias sejam possíveis. O “outro mundo possível” continua muito distante.

No campo acadêmico, a institucionalização da Agroecologia depende de dois movimentos: para dentro das instituições de ensino, pesquisa e extensão, trabalhando mais eficientemente para o desenvolvimento humano voltado para uma atuação na

transição agroecológica em diferentes escalas, sem prescindir da diversidade, da justiça social e da responsabilidade com as futuras gerações; e para fora das instituições, fortalecendo a agência, social e política, a capacidade de mudar as estruturas de forma ativa, organizada e pragmática, acionando todas as ferramentas possíveis para essa transição. Contudo, não parece que a Agroecologia, como movimento, esteja avançando o suficiente nessas duas direções.

Há um empenho razoável na descrição de casos que representam práticas pontuais, mas pouco esforço no desenvolvimento científico e acadêmico. Aparentemente, isso é, ao mesmo tempo, consequência e causa das formas de mobilização das organizações e associações que “agitam” o movimento agroecológico. Parece que ainda prevalece uma perspectiva antiacadêmica, ainda do tempo das “agriculturas alternativas”, que um dia foi necessária, em função da desconexão entre Ciência e o Saber Local e tradicional, mas que precisa ser repensada. Essa perspectiva estigmatizava a “academia” e o “fazer Ciência”.

A discussão sobre a “produção de conhecimentos técnico-científicos no campo da Agroecologia”, que é parte da missão da ABA-Agroecologia, e que deve ser parte importante dos Congressos e dos artigos publicados pela RBA, ainda é limitada a espaços secundários do nosso campo, os quais passam despercebidos. O enfoque sistêmico, por exemplo, carece de metodologia, entendida como o estudo dos métodos. Isso tem sido pouco trabalhado, limitando a pesquisa em Agroecologia à aplicação de métodos disciplinares, cartesianos e reducionistas. Pode-se compreender que isso acontece por ser um tema bastante árido, especialmente se comparado com festivos encontros dos grupos com os quais nos sentimos confortáveis. Mas essa acomodação, ou mesmo resignação, não pode ser a regra, quando precisamos, ao contrário, de reforços teóricos e metodológicos que, de fato, coloquem a Agroecologia com o reconhecimento de que é um campo interdisciplinar e transdisciplinar de conhecimento, capaz de sistematizar diferentes modos de produção e vida mais sustentáveis.

O prestígio acadêmico já alcançado pela Agroecologia é digno de elogio, mas é preciso reconhecer que continua sendo limitado limitado. A área de conhecimento continua a ser vista, por gestores de políticas públicas, como marginal e incipiente, indicada apenas

para os sistemas de produção tidos, por eles, como “de baixo nível tecnológico”. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), por exemplo, não trata da transição agroecológica sistêmica, mas apenas como um apoio à agricultura familiar, aos povos indígenas e a comunidades tradicionais. Sem apoio nos governos Temer e Bolsonaro, o PLANAPO demorou a ser relançado no atual governo, pois foi obstruído pelos setores do agronegócio, que seguem ditando as regras para a agricultura brasileira. O mesmo aconteceu com o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, o PRONARA, lançado só recentemente, após uma década de discussões e interrupções. Incluído no PLANAPO, sem garantias orçamentárias, o PRONARA enfrentará grande resistência, e já sente o ataque dos grupos de pressão do agronegócio. Assim, o PLANAPO e o PRONARA são políticas públicas que exemplificam, por seus atrasos e dificuldades de implementação, o quão pouco conseguimos conquistar até este momento.

Além disso, enquanto comemoramos algumas políticas públicas que ajudam a combater o modelo de agricultura de devastação, também sabemos que não há garantias para um planejamento de longo prazo nos nossos projetos, até porque não parece que estaremos livres, a curto prazo, do conservadorismo populista. Sem uma presença ativa nos espaços de poder, a Agroecologia, em suas diversas dimensões, continuará a enfrentar muitos obstáculos, inclusive no meio acadêmico. Precisamos ter capacidade de agência política, de modo a conquistar políticas públicas de longo prazo, e, ao mesmo tempo, melhorar a qualificação técnica de quem atua em ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia.

Atualmente, o financiamento específico para a Agroecologia na academia brasileira é mínimo. Apenas recentemente houve uma novidade, ainda que com limites de participação, abrangência e tempo de execução. Com recursos de diferentes ministérios, sem a presença do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foi lançada a chamada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – para projetos de Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEA), mas apenas para instituições públicas de ensino superior. Melhor do que nada, ajudará a viabilizar redes sociotécnicas locais, mas não resolverá as necessidades da Agroecologia como ciência.

A Chamada Pública Unificada CNPq N° 01/2025 tem recursos e prazo de execução limitados se considerarmos integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária. Difícil apoiar, assim, projetos sistêmicos, das pesquisas em Agroecologia que precisamos. A dependência de chamadas de financiamento de projetos exclusivos para a Agroecologia mostra que a área ainda não consegue concorrer nos editais de financiamento de C&T, que aportam mais recursos e apresentam prazos maiores. Programas de pesquisa, sólidos e abrangentes, em Agroecologia, assim como grupos de pesquisa interinstitucionais e com produção acadêmica vigorosa, credenciados para acessar a esses editais, são raros. Também são poucos os projetos, em áreas de conhecimento próximas à Agroecologia, que alcançam financiamento expressivo. Esses, em geral, não aplicam o enfoque sistêmico, pois aderem às diretrizes das agências de fomento.

A limitada produção científica em Agroecologia, e com enfoque sistêmico, se mostra evidente nas edições da RBA. Nos últimos dois anos, por exemplo, a RBA rejeitou 72% das submissões recebidas, sendo 60% na recepção, algumas por estarem fora do escopo ou das normas, mas a maioria por não serem adequadas à categoria de artigos, que prioriza as contribuições com enfoque sistêmico, ou que apresentem análises mais robustas. Algumas dessas submissões rejeitadas na recepção, muitas vezes acabam sendo submetidas novamente como Notas Agroecológicas, categoria criada para receber os trabalhos mais pontuais que são, geralmente, disciplinares. Cabe também uma reflexão do porquê dos quase 3 mil trabalhos publicados, em média, nos CBA, não impactarem no número de manuscritos submetidos à RBA.

Essa realidade pouco tem mudado ao longo dos quase 20 anos da revista, prejudicando, inclusive, sua avaliação e indexação. Ao receber muitas contribuições cartesianas das ciências agrárias, a RBA foi avaliada nessa área pela CAPES, sendo classificada como revista B4 na avaliação QUALIS. Como para os Programas de Pós-Graduação (PPG) interessa que as publicações dos seus docentes e discentes sejam em periódicos com avaliação QUALIS melhor que B1, a RBA passou a não ser recomendada, mesmo pelos PPG do campo da Agroecologia. Tivesse sido avaliada na área interdisciplinar, mais adequada à produção em Agroecologia, se o enfoque sistêmico fosse aplicado, como

esperado, a RBA teria uma avaliação muito melhor. A indexação de um periódico científico depende da citação de seus artigos, o que não acontece se ele apenas recebe submissões de trabalhos pontuais que apresentam dados ou análise limitados. Assim, isso acaba sendo um círculo vicioso, pois, para terem mais citações, muitos autores ainda preferem publicar nas revistas claramente disciplinares, as quais não criticam o modelo de ciência e de comunicação científica que a Agroecologia busca modificar.

Vale a pena sinalizar, aqui, que a episteme em que a RBA opera, segundo Thomas Kuhn, na anomalia do atual paradigma positivista, pois foca em uma ciência de natureza crítica ao *status quo* das normas e métodos reducionistas. Nesta perspectiva de revolução científica, esbarra, naturalmente, nas imposições (normas) que reforçam muito mais as vertentes disciplinares. E são essas vertentes que impõem os limites para uma melhor compreensão da complexidade ao abordarmos os temas advindos dos movimentos e das práticas agroecológicas.

Como conclusão, pode-se afirmar que é preciso focar em pelo menos duas ações impulsionadoras de desenvolvimento da Ciência da Agroecologia. Uma relacionada a aprimorar a atuação no meio acadêmico e junto aos movimentos, procurando reforçar a estrutura, física e de pessoal, e adotar o enfoque sistêmico, vencendo resistências e antagonismos da época das Agriculturas Alternativas. Por outro lado, devemos buscar maior efetividade na agência política, como grupos de pressão ou como atores nas esferas de poder, para estabelecer políticas públicas de longo prazo que alterem a realidade do modelo de desenvolvimento. São ações urgentes e necessárias para alcançarmos uma transição para uma sustentabilidade global, para além dos nichos sociotécnicos aos quais, no momento, parecemos nos acomodar.

Fábio Kessler Dal Soglio¹, Clóvis José Fernandes de Oliveira Junior², Flaviane de Carvalho Canavesi³, Joel Donazzolo⁴, Leticia Andrea Chechi⁵, Luis Mauro Santos Silva⁶, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz⁷ e Regina Coelly Fernandes Saraiva⁸.

¹Editor da Revista Brasileira de Agroecologia. Professor aposentado da Faculdade de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, RS/Brasil. Ph.D. em Fitopatologia pela University of Illinois at Urbana-Champaign, UIUC, EUA.

²Editor da Revista Brasileira de Agroecologia. Pesquisador do Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA, SP/Brasil. Doutorado em Botânica, no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

³Editora da Revista Brasileira de Agroecologia. Professora da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, e do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília – UnB, DF/Brasil. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

⁴Editor da Revista Brasileira de Agroecologia. Professor nos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal e no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, PR/Brasil. Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais, pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

⁵Editora da Revista Brasileira de Agroecologia. Professora na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), campus de São Lourenço do Sul, RS/Brasil. Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

⁶Editor da Revista Brasileira de Agroecologia. Professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, e do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará (UFPA), PA/Brasil. Doutorado em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.

⁷Editora da Revista Brasileira de Agroecologia. Professora da Faculdade UnB Planaltina, do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília – UnB, DF/Brasil. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

⁸Editora da Revista Brasileira de Agroecologia. Professora da Faculdade UnB Planaltina, e do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília – UnB, DF/Brasil. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil.

Copyright (©) 2025 - Fábio Kessler Dal Soglio, Clóvis José Fernandes de Oliveira Junior, Flaviane de Carvalho Canavesi, Joel Donazzolo, Leticia Andrea Chechi, Luis Mauro Santos Silva, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz Regina Coelly Fernandes Saraiva.